

CIDADANIA E JUVENTUDE: IDENTIDADE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Coordenadoria de Fomento à Pesquisa - Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Bruna Pinheiro da Cunha¹
Apoio: *PIVIC Mackenzie*

Bruna Suruagy do Amaral Dantas²

Centro de Ciências Biológicas da Saúde (CCBS)¹

Centro de Ciências Biológicas da Saúde (CCBS)²

10403623@mackenzista.com.br

bruna.dantas@mackenzie.br

RESUMO

Na atual conjuntura política, observa-se no Brasil e no mundo o surgimento de diferentes formas de participação, que se distanciam em sua organização dos modelos tradicionais de mobilização e atuação política, como partidos e sindicatos. O mundo ocidental, marcado pelo aumento da desigualdade socioeconômica, descrença na democracia representativa e radicalização ideológica, demanda uma nova perspectiva de análise sobre a ação política da juventude com maior escolaridade, sendo esse grupo a maioria dos que recorrem aos padrões de mobilização contemporâneos, diversos entre si. Considerando esse cenário, o seguinte estudo investigou as complexas relações entre a participação política e a identidade, examinando a formação identitária do jovem universitário e articulando-a com suas experiências concretas na universidade. Foram realizados dois grupos focais com 8 participantes cada um deles. O primeiro grupo foi composto por estudantes de universidades públicas de São Paulo, ao passo que o segundo teve apenas estudantes de universidades particulares. Os discursos revelaram que a identidade é imprescindível à participação política e ao exercício da cidadania.

Palavras-chave: Identidade; participação política; juventude; cidadania; democracia.

ABSTRACT

In the current political climate, Brazil and the world are witnessing the emergence of various forms of participation that diverge in their organization from traditional models of political mobilization and action, such as parties and unions. The Western world, characterized by increasing socioeconomic inequality, distrust in representative democracy, and ideological radicalization, demands a new analytical perspective on the political action of more highly educated youth, as this group constitutes the majority of those who resort to contemporary mobilization patterns, which are diverse in themselves. Considering this scenario, the following study investigated the complex relationships between political participation and identity, examining the identity formation of university students and linking it to their concrete experiences within the university. Two focus groups were conducted with 8 participants each. The first group consisted of students from public universities in São Paulo, while the second included only students from private universities. The discourses revealed that identity is essential to political participation and the exercise of citizenship.

Keywords: Identity; political participation; youth; citizenship; democracy.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a ocupação das ruas pela população em junho de 2013 representou um choque entre duas correntes ideologicamente distintas, defendidas por segmentos sociais específicos. Um deles correspondia à classe média tradicional, que se mostrava cansada do populismo do Partido dos Trabalhadores; o outro dizia respeito a uma fração da esquerda que tinha a necessidade de se conectar com a nova classe trabalhadora, composta por jovens com escolaridade superior aos pais e que conquistaram seu primeiro emprego no Governo Lula (2003-2011), porém enfrentavam baixa remuneração, rotatividade elevada e más condições de trabalho (Singer, 2018).

Ademais, grande parte da população que participou dos protestos era bastante nova, considerando que jovens – de 14 a 24 anos – e jovens adultos – de 25 a 39 – representaram 80% dos manifestantes em oito capitais, com 43% e 38% respectivamente; deles, 92% possuíam escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo (Singer, 2018). A maioria deles se organizou horizontalmente, sendo adeptos de coletivos ou novos movimentos sociais, críticos do modo como se estrutura a política tradicional via partidos e sindicatos (Gohn, 2018).

O mundo globalizado vive, hoje, novo ciclo de protestos com contestações políticas, similares aos da década 1960, embora com outros temas, outras formas de mobilização, e distintas conjunturas políticas e econômicas. Mas os impactos e efeitos na sociedade e nos governos só os vemos similares naquela década (Gohn, 2018, p.119).

Na década de 1960, a contracultura representou tanto a oposição à cultura dominante quanto a criação de outra cultura baseada na inconformidade, no entanto caiu em desuso nos anos 1990 junto com a ideia de uma política utópica ao se fragmentar em polos extremos que competiam entre si (Canevacci, 2005). O resultado desse processo, como indica Assis (2018), foi a constituição de identidades fluídas e transitórias, que recusam qualquer forma de enquadramento e incorporam muitos fragmentos. As figurações juvenis também acabam por subjetivar os restos reciclados do capitalismo. Logo, o jovem atual, juntamente com a sua idealização de identidade, é tanto consumidor como produto.

O processo de adesão às identidades não é, portanto, uma forma de representação interior e espiritual, mas frequentemente um ato contra os regimes que as criaram, assim como uma resposta a uma história de identificação ambígua (Rose, 2001). Com base na ambiguidade, transitoriedade e fluidez das identidades, Santos (2020) considera que o ativismo juvenil, em

suas várias formas, pode ser entendido como um enfrentamento às relações geracionais desiguais, que caracterizam os diversos grupos sociais.

Contudo, Mayorga (2013) ressalta que uma das armadilhas teóricas no estudo da relação entre juventude e política é a análise dessa interação partindo de uma posição de dualidade: uma abordagem apolítica, com os jovens sendo compreendidos como apáticos dentro de uma lógica de individualismo e consumismo; ou a ideia de reinvenção social, na qual suas experiências são entendidas como inovadoras em si e os jovens são vistos como sujeitos de liberdade. A observação tanto do contexto particular quanto do institucional e social se fazem necessários pois os jovens são, na mesma medida, agentes e produtos de seu momento histórico e cultural.

A mobilização social é configurada como um mecanismo catalisador de crenças, valores e significados, atuando como vetor de transformação da mobilidade para mudança social, sendo perceptível o processamento de identidades políticas, possibilitado pela construção de espaços de expressão antagônicos. Entretanto, não há identidades sociais prontas que disputam ou estabelecem relações de conflito, sendo as próprias advindas das relações de poder (Prado, 2002).

No caso da América Latina, Dagnino (2005) diz que analistas e ativistas tendem a ver a participação política como uma exigência ou condição para o exercício da cidadania, ao mesmo tempo que como uma garantia da democracia. A partir disso, surge um entendimento de uma cidadania ativa, na qual participar e lutar pela materialização e garantia de direitos significa se tornar um sujeito político, consciente de suas prerrogativas e de sua capacidade em contribuir para a estrutura democrática.

Considerando a expansão das manifestações juvenis nas últimas décadas, o seguinte trabalho tem como objetivo compreender as possíveis relações entre a identidade social e a participação política dos jovens no contexto da democracia brasileira. Os objetivos específicos são: 1) analisar as formas de participação política dos jovens brasileiros; 2) investigar a influência dos grupos sociais na formação das identidades políticas; 3) examinar a relação entre nível de escolaridade e participação política; 4) entender as prováveis intervenções da adultocracia na elaboração da identidade juvenil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As implicações da formação das identidades sociais vão além dos próprios sujeitos, pois, como argumenta Silva (2000), “a identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder” (p. 81). O jovem, tido como inferior dentro de uma lógica evolutiva, justamente por ter existência anterior ao adulto, se torna completo em si próprio ao se reconhecer como parte de grupos – como mulher, preto, homossexual, periférico, etc. – que contribuem com sua formação, sendo a identidade a expressão de sua capacidade de exercer a cidadania e a reivindicação social plenamente (Santos, 2020).

Embora seja um meio legítimo de reivindicação política e social, a construção de identidade baseada nas ideias de liberdade e autonomia, favorece ao ser humano se perceber como autor da sua história, sujeito de direitos, detentor do poder de escolha a partir do qual sua vida e seu “eu” são configurados. As noções de identidade e seus cognatos, que acabam servindo de base à formação do “eu” subjetivo, estão presentes em diversas esferas sociais (Rose, 2013).

Diariamente, os indivíduos são abordados, representados e influenciados pela noção do eu – de um tipo particular – que está em busca incessante pela autorrealização, comprometido a encontrar sua “verdadeira” identidade e maximizar sua expressão de forma autêntica (Rose, 2013). A procura e a oferta inesgotável de satisfação e o bombardeamento de informações e possibilidades podem estar relacionados à chamada “crise de identidade” do mundo contemporâneo.

Hall (2006) afirma que a questão é amplamente discutida na teoria social. O argumento que defende a existência de uma “crise de identidade” se resume na fragmentação do homem moderno devido ao declínio das velhas identidades, antes responsáveis por estabilizar o mundo social. As sociedades modernas são por definição sociedades em mudança constante, rápida e permanente. Sendo assim, a “crise” é vista como parte de um processo mais amplo, que modifica as estruturas e processos centrais, impactando as referências que serviam como base para os indivíduos inseridos no quadro social moderno.

No entanto, tais referências eram e são mais do que divisões simples e simétricas, feitas para simplesmente classificar ou agrupar. Além de serem ativamente formadas, ou seja, produzidas no contexto das relações sociais e culturais, as identidades hierarquizam e atribuem

valores a cada uma de suas categorias. Nesse sentido, a disputa (ou crise) pela identidade implica uma disputa por recursos materiais e simbólicos da sociedade (Silva, 2000).

Como consequência, o atrito causado pela hierarquização das identidades sugere a negação ao acesso de bens para alguns grupos, e, portanto, a necessidade de uma participação política ativa, quando se leva em conta o sistema democrático vigente na maior parte das sociedades atuais. Para Stassen (1999 apud Gohn, 2019), a própria noção de “participação” pode mudar a depender do contexto. Algumas vezes, pode significar parte da composição de uma integração plena; ou seja, apenas aqueles que participam podem ser integrados. Desse modo, aqueles que não estão aptos para participar vivenciam a exclusão. Um outro sentido seria a “participação” como uma ferramenta para alcançar a integração, de forma a combater a exclusão.

Na América Latina, foi somente na década de 1970 que a participação ganhou destaque teórico no sentido da mobilização popular da sociedade civil. Foi nesse período que proliferaram os regimes militares e ditatoriais nos países latinos em larga escala, marcados pela supressão dos partidos políticos e repressão violenta dos movimentos sociais e sindicatos. A partir dos anos 1980, a participação já era amplamente considerada uma medida fundamental para o exercício da cidadania, não se restringindo ao voto eleitoral. Conforme Gohn (2019), marchas, protestos, ocupações e greves são alguns exemplos de formas de participação.

Independentemente do contexto político e da época histórica, quando tratados como objetos de estudo, os processos participativos reconhecem os sujeitos como cidadãos plurais em termos de classes, camadas sociais e perfis político-ideológicos. Além disso, a participação está relacionada com as lutas pela designação das responsabilidades do governo, como a implementação de uma linguagem democrática não excludente em espaços de participação, acesso às informações pela população e estímulo à criação e manutenção de meios de comunicação democráticos. Logo, essa concepção reconhece uma relação próxima entre participação e cidadania (Gohn, 2019).

Contudo, a ênfase na participação e nos mecanismos da democracia participativa como instrumentos chave para a estabilização da cidadania gera um conflito com as formas tradicionais instituídas pelo modelo de representação direta. Novos aparatos de participação entram em ação devido à insatisfação ao modelo representativo, e apesar da noção de que a ampliação de uma democracia participativa (ativa e legítima) pode afetar positivamente as instituições previamente estabelecidas, o que se segue é a relação tensa entre ambas as formas de participação (Dagnino, 2005).

3. METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa visa responder a questões específicas do campo das ciências humanas e sociais a fim de compreender um nível de realidade que não pode ser quantificado, abrangendo o sistema de significados, motivações, valores, relações e fenômenos (Minayo, 2001). Tal perspectiva metodológica trabalha com as subjetividades e particularidades, que não podem ser entendidas por meio de um modelo de análise cujo objetivo seja quantificar seus dados. Dessa forma, o verbo “compreender” se torna essencial para a análise qualitativa, já que significa levar em conta as perspectivas simbólicas e culturais que o outro adota, considerando que a humanidade como um todo possui essa capacidade (Minayo, 2012).

E para que haja uma compreensão do sujeito, é preciso conceber a experiência como um evento que ocorre no âmbito da história coletiva e da cultura, não a reduzindo às singularidades dos atores sociais – que nada mais são do que expressões do viver total. Portanto, toda compreensão acaba por ser parcial e inacabada, pressupondo-se que o entrevistado tem um entendimento incompleto de sua vida e seu mundo e que os pesquisadores são limitados nas suas capacidades de compreender e interpretar (Minayo, 2012).

Para a realização da pesquisa, foram convocados jovens de 18 a 25 anos, de todos os gêneros e raças, que cursam o ensino superior em universidades públicas e/ou privadas do Estado de São Paulo. Os critérios de exclusão abrangem participantes acima dos 25 anos, que tenham concluído o ensino superior, que estejam realizando a segunda graduação e que já ocuparam ou ocupam cargos políticos. Atendendo a esses critérios, os participantes foram divididos em dois grupos de 8 cada para a realização da coleta. O primeiro foi composto somente por estudantes de universidades públicas de São Paulo, enquanto o segundo terá apenas estudantes de universidades particulares.

O grupo de estudantes de universidade privada foi constituído pelos seguintes participantes: André, de 21 anos, estudante de Direito; Bianca, 21 anos, estudante de Psicologia; Débora, 24 anos, estudante de Psicologia; Gustavo, 19, Direito; Gabriela, 24, Psicologia; Laura, 19, Psicologia; Luíza, 21, Psicologia; Rafael, 20, Direito. Todos desse grupo são discentes da Universidade Presbiteriana Mackenzie. No grupo de estudantes de universidade pública, estavam presentes: Caio, 21, Psicologia na UNESP; Davi, 24, Farmácia na USP; Diego, 19, Artes Visuais na UNESP; Heitor, 20, Psicologia na UNESP; Marcos, 21, Psicologia na UNESP; Melissa, 21, Psicologia na UNESP; Thiago, 19, Artes Visuais na UNESP.

O principal instrumento utilizado foi o grupo focal, uma técnica de coleta de dados baseada na interação de um grupo, possibilitando a problematização ampla sobre um tema ou foco apresentado (Backes et al., 2011). O principal objetivo desse método é identificar as percepções dos integrantes do grupo acerca de um tema específico (Dias, 2000). Os encontros – que podem ser avulsos ou contínuos – permitem que os participantes entrem em contato com diferentes opiniões, podendo mudar suas visões de mundo. O grupo focal distancia-se de outras formas de coleta, como questionários e entrevistas, pois tem como fundamento a tese de que as relações sociais são capazes de formar e alterar opiniões e atitudes (Backes et al., 2011).

Além disso, o grupo focal garante um nível reflexivo muito mais expressivo do que se verifica em formas de coleta tradicionais, por meio do estabelecimento de uma relação dialética. Dentre suas limitações, destacam-se a falta de garantia de um anonimato completo por parte dos participantes, a possibilidade de interferência do pesquisador/observador e seus juízos de valor e a repressão de opiniões dissidentes do restante do grupo, que poderiam contribuir para a discussão (Backes et al., 2011).

Por isso, o manejo dos grupos focais possui condições e regras específicas para ser realizado. A primeira exigência é que os participantes devem ter entre si ao menos uma característica em comum e que sejam agrupados entre 6 e 15 por grupo. A segunda é que o ambiente em que serão realizados os encontros deve ser acolhedor e protegido, assegurando, assim, a privacidade da conversa. As cadeiras ou assentos também devem estar organizados de maneira que promova a discussão (em torno de uma mesa ou em círculo). Por fim, é dever do coordenador esclarecer a técnica e seus aspectos éticos, elaborar uma síntese de encontros anteriores e estimular o debate (Backes et al., 2011).

A abordagem inicial aos candidatos foi feita por meio da divulgação da pesquisa nas mídias sociais e redes de contato. As pessoas que demonstraram interesse preencheram um formulário digital desenvolvido na plataforma de formulários do Google, que contou com as seguintes informações: apresentação e descrição da pesquisa, caracterização da metodologia e destaque aos critérios de inclusão e exclusão. Ao todo, foram recebidas 71 respostas.

Foi estabelecido contato somente com os participantes que atenderam aos critérios de inclusão para comunicar o dia e o local de realização do grupo. A seleção e o agrupamento dos voluntários se deram por meio da disponibilidade de cada um. Os agendamentos foram feitos com aproximadamente 15 dias de antecedência. O espaço utilizado para desenvolver a atividade foi uma sala reservada na universidade, adequada à realização da estratégia metodológica do grupo focal, sem barulhos ou ruídos que pudessem atrapalhar o andamento das discussões.

Devido à impossibilidade de realização do grupo presencialmente, a condução do grupo de estudantes de universidades públicas foi realizada à distância, via Google Meet. Com todos os entrevistados presentes, no primeiro momento, a pesquisa e seus objetivos foram elucidados detalhadamente e houve um espaço aberto para possíveis esclarecimentos de dúvidas.

Das atribuições da pesquisadora, deve-se salientar a responsabilidade pela observação e coordenação do grupo de forma ética e imparcial, a disponibilização dos dados da pesquisa quando solicitados pelos colaboradores, que foram informados que poderiam sair ou interromper sua participação a qualquer momento, o que resultaria no imediato descarte das informações fornecidas. Ao início dos encontros, foi solicitada autorização de todos para que o áudio da conversa fosse gravado para análise posterior; caso não houvesse consenso, os dados levantados seriam anotados em um diário de campo. Cada participante recebeu um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Nenhum dado pessoal dos participantes foi exposto na pesquisa, cabendo à pesquisadora preservar a privacidade dos integrantes de cada grupo.

Das atribuições dos participantes, é fundamental destacar que sua participação foi livre, voluntária e espontânea. Todos foram convidados a falar ou se manter em silêncio se assim desejassem. Não foi aceita nenhuma forma de violência verbal e/ou simbólica nos encontros. Além disso, é responsabilidade dos colaboradores contribuir para a manutenção do sigilo e anonimato de todos os presentes, a fim de garantir a segurança e proteção que lhes é devida.

A presença de jovens na política não é exclusivamente contemporânea, no entanto as formas de ação desse grupo social se transformaram e continuam se transformando nos últimos anos. Por essa razão, a compreensão desse fenômeno psicossocial, em constante modificação, é uma grande contribuição ao desenvolvimento científico.

Os riscos envolvidos na realização da seguinte pesquisa foram mínimos e procurou-se mitigá-los a fim de proporcionar o bem-estar dos colaboradores. Na ocasião dos encontros grupais, buscou-se propiciar um ambiente tranquilo, justo e democrático; no entanto, os participantes poderiam sentir cansaço, além de enfrentar discordâncias durante a discussão, o que exigiria da pesquisadora um manejo ético da situação.

Como os dados foram coletados por meio de uma metodologia de natureza qualitativa, análise também foi produzida de forma qualitativa, sem a utilização de qualquer modelo estatístico, adotando um conjunto de procedimentos para organizar e, portanto, demonstrar,

com isenção e objetividade, as opiniões e reflexões apresentadas, além de analisar como o grupo percebe e se relaciona com o foco do estudo (Lervolino; Pelicione, 2001).

Dias (2000) assevera que o objetivo da pesquisa e o guia da entrevista podem ser úteis para estruturar o relatório, que deverá conter a transcrição das entrevistas em conjunto com as conclusões do moderador. Na sequência, deve-se separar as respostas dos participantes em categorias temáticas.

No caso dos grupos focais, há duas formas básicas de análise de dados: 1) o sumário etnográfico que, por meio das citações textuais dos participantes, demonstra os principais achados da análise; 2) a codificação dos dados via análise de conteúdo, que consiste em uma descrição numérica de como determinadas categorias de resposta aparecem ou deixam de aparecer, e em quais contextos isso acontece. (Lervolino; Pelliccione, 2001).

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Em ambos os grupos, quando questionados sobre o que é democracia, os participantes definiram esse modelo como uma forma de organização da sociedade. Melissa considera a democracia um poder da população, enquanto Gustavo a entende como “um instrumento para justiça no sentido real mesmo, para que as pessoas tenham acesso e sejam tratadas da mesma forma”. Essas visões estão em consonância com a definição proposta por Becker e Raveloson (2011), que descrevem a democracia como o poder exercido pelo povo a partir de seus interesses, destacando tanto a participação popular quanto a busca por igualdade e justiça social.

Benevides (1994) levanta a discussão sobre o exercício da cidadania, que no Brasil está indiscutivelmente atrelado à redemocratização e consolidação do Estado democrático após a ditadura militar. A autora ressalta que os limites entre cidadania e democracia herdaram conflitos advindos da própria revolução francesa. A desigualdade social por si só compromete a noção igualitária civilizatória moderna, prejudicando a atividade política plena da população.

Nos discursos dos participantes, esse conflito aparece de diversas formas. Heitor compreende que a democracia deve incluir a todos, em vez de impor as ideias de uma maioria sobre poucos. Marcos afirmou que o molde democrático nada mais é que uma “constante batalha contra a concentração de poder em um grupo de pessoas”. Assim como Gustavo, que disse que a democracia não é plena no Brasil, Marcos entende a democracia como um processo histórico e utiliza do exemplo de outros países do mundo para referir-se aos perigos do autoritarismo.

O estudante Thiago também defende a noção de confronto ao pontuar que enxerga duas forças contrárias dentro da democracia: o conservadorismo e o progressismo. A essência conflitiva da democracia fortalece a convivência pública; todavia, os conflitos podem radicalizar-se, ameaçando a permanência do regime democrático. Fuks e Marques (2023) afirmam que o Brasil segue o padrão identificado no cenário internacional quando se trata da polarização política. Além de um antagonismo formado no campo afetivo, é possível observar uma tendência à concentração da polarização em grupos tidos como mais politicamente engajados, contribuindo para um processo de radicalização dessas forças opostas, que antes conviviam democraticamente.

Desde a década de 1960, quando as classes populares enfrentaram o regime autoritário, fica perceptível a disputa entre dois projetos de democracia: um liberal, que atende aos interesses da classe dominante, baseados em ideais individuais; outro popular, que propõe a transformação da sociedade a partir de lutas coletivas (Duriguetto, 2008). A polarização de ordem afetiva trata do fenômeno no qual o sentimento de pertencimento e a identificação de um indivíduo com determinado grupo geram hostilidade com os demais para além das discordâncias políticas (Gloria Filho; Modesto, 2023).

Essa polarização normalmente dirige-se a líderes ou a partidos, e com o extremismo político, relaciona-se ao interesse por política, ao engajamento político e à associação a partidos. Destaca-se que, no cenário representativo fragmentado, instável e com uma base social frágil, lideranças políticas ganham destaque sobre os partidos políticos (Fuks; Marques, 2023).

Apesar da possibilidade de eleger candidatos que apresentam propostas relevantes durante a campanha, Gustavo disse que “vira um jogo político, pensando nos interesses dele”. [...] O grande problema hoje é essa polarização. [...] A democracia corre risco com isso”. O foco em líderes políticos ressurgiu quando Luíza fez a leitura de que apenas a direita possui protagonistas, tornando o poder dentro e fora da esquerda mais desorganizado e disperso.

Quando questionados se sentem que estão bem representados politicamente, tanto Luíza quanto Gabriela afirmaram que existem alguns poucos candidatos que se destacam, mas que o panorama geral não está em consonância com o seu projeto de país. André fez uma análise mais direta: “o que é o congresso? É um lugar repleto de ideias racistas, misoginia, e toda forma de preconceito que você conseguir imaginar. E tudo isso é a população brasileira”.

O que se apresentou, em ambos os grupos focais, foi a predominância do sentimento de pessimismo entre os participantes com relação ao futuro. Bringel (2018) pontua que a sensação

de inflexibilidade está presente no Brasil e no mundo, em um quadro que se divide entre os pessimistas e os mais pessimistas. Marcos descreveu o cenário atual como “apocalíptico”, não só pelas questões políticas em si, como também pela crise climática, tema que repercutiu no grupo de participantes de universidades públicas. Davi entende que os interesses capitalistas são os principais responsáveis pela exploração desenfreada, um modelo que descreve como insustentável a longo prazo.

O participante Guilherme afirmou divergir do restante do grupo, pois “apesar desse cenário apocalíptico, eu gosto de acreditar que o mundo não vai acabar. Então, as coisas vão mudar. Acho que elas vão mudar, sim, vão melhorar”. Ele, no entanto, não acha que haverá qualquer mudança significativa do cenário atual em pouco tempo, corroborando a observação de Gabriela: “Só que eu acho que isso reflete muito a desesperança das pessoas em relação à política. Para solucionar problemas, as pessoas preferem optar por soluções mais simples”.

Não é possível separar a percepção dos jovens sobre a política dos diferentes sistemas de informação que caracterizam o contexto atual. Carvalho (2020) sustenta que, no mercado de jornais e demais veículos de comunicação, existe uma espécie de jogo de força entre as recompensas geradas pela manutenção de uma reputação elevada e a necessidade de ultrapassar os concorrentes em números e obter maior audiência. E, a depender da realidade social e histórica, um desses incentivos pode ultrapassar o outro. Os participantes de ambos os grupos demonstraram uma postura crítica em relação aos meios de comunicação, reconhecendo a existência de filtros que atravessam as notícias às quais têm acesso.

A escolha da informação a ser divulgada foi mencionada por Marcos: “eles deixam de cobrir outros inúmeros conflitos”, citando os casos da Palestina e da Ucrânia, que segundo ele, sempre acabam sendo visualizados pelo ponto de vista ideológico. Luíza afirmou que tem tentado se afastar dos meios de comunicação tradicionais, como jornais, pois gosta de mídia independente. Ela argumenta que a mídia deveria ser neutra e que, diferentemente da mídia independente, empresas como SBT, Record e Globo “são controladas por gente com muito dinheiro”.

Davi, no entanto, disse acompanhar pelo jornal as notícias, mas como os outros participantes, também acessa as redes sociais, por ter maior número de redes e portais com vieses distintos.

Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (Castells, 2013, p. 18-19)

No contexto da internet, a forma de comunicação priorizada envolve uma escrita clara e concisa, semelhante ao modelo de escrita jornalística, caracterizado pela linguagem direta e prioridade para a informação a ser transmitida. O mesmo ocorre com vídeos, que devem ser objetivos e de duração moderada, uma exigência por rapidez e pragmatismo (Canavilhas, 2009). Rafael afirmou que escuta podcasts para se informar e prefere o modelo apresentado pelo portal ADNews “porque é um podcast, mas é um podcast rápido. Vem no e-mail também, e eu acho bacana. São 6 minutos que eles trazem a notícia toda”.

De acordo com Silva e Araújo (2025), é impossível estabelecer um regime democrático diante da inexistência de uma educação democrática, pois o conhecimento é essencial para o desenvolvimento e aproveitamento da democracia. O participante Thiago descreveu um momento no qual uma professora afirmou que na faculdade, após o período de férias, todos os alunos perceberiam uma mudança drástica a ponto de constatar o quanto o ensino serviu a eles.

Apesar de reconhecerem a importância do acesso e democratização dos espaços acadêmicos, os estudantes de instituição particular questionaram o papel que o capital cultural produzido dentro das universidades exerce em uma sociedade marcada pela desigualdade social. Bianca entende que “enquanto a faculdade é o nosso futuro ‘ganha pão’, para as pessoas que já vêm de uma condição melhor é um meio de acrescentar no seu capital cultural. [...] esse capital cultural é o que vai permanecer, é o que vai continuar mantendo esse sistema”.

Já Débora trouxe para a discussão um relato pessoal: “A minha irmã conseguiu entrar em engenharia na USP [...] Ela chegava todo dia falando: ‘esse lugar não é pra mim’. Ela saiu de lá. [...] Eu sou prounista e assim isso foi maravilhoso, mas precisa de um incentivo para terminar”. Ambas as falas entram em consonância com a ideia de Schwartzman (2008) sobre o prestígio e a renda associados ao nível universitário na América Latina, relacionados à manutenção dos níveis de remuneração elevados para um número relativamente pequeno de profissionais e uma posição socialmente prestigiada, que garante o amparo econômico e político. Gabriela segue esse mesmo raciocínio ao afirmar que dependendo do lugar político que um indivíduo ocupa, há a possibilidade de alguém ser barrado no ambiente acadêmico.

Em contraste, os estudantes de universidade pública exploraram em seus discursos a noção de que, esse mesmo espaço que exclui, também apresenta oportunidades para, como Caio

reitera, o aprofundamento do senso crítico a partir de experiências dentro do cotidiano da própria universidade: “Aqui a gente acaba desenvolvendo o porquê desse tipo de saber, uma fundamentação teórica, o porquê desse tipo de projeto, a quem isso serve”. O participante Heitor declarou que sentia uma vontade maior de participar de assembleias, estando presente no Conselho de Estudantes: “A faculdade me ajudou mais a parar, pensar em querer participar mesmo”.

Já Davi concluiu que a faculdade pública permitiu que tivesse contato com pessoas de diversos contextos, gerando questionamentos como: “O que é o Brasil? E quem são essas pessoas que vivem no Brasil com essas novas realidades?”. Kunsch (2015) sustenta que a universidade, como centro de produção sistematizada de conhecimento, necessita canalizar suas potencialidades para o serviço à sociedade. Nessa mesma perspectiva, fomentando a importância do contato das universidades com o mundo social, Laura indaga: “Eu estou me esvaziando de algumas ideias, me apropriando de conceitos políticos. Mas o que eu faço com isso? Eu vou ficar só nas ideias acadêmicas ou vou levar para outras pessoas?”.

De modo geral, o entorno social dos participantes desempenhou um papel significativo para o exercício de suas identidades e de sua ação política, com destaque para o núcleo familiar. Quando desafiados a pensar em 5 palavras que os definissem, Heitor e Gustavo responderam ‘família’, descrevendo, respectivamente, como “a coisa mais importante” e “tudo que eu tenho de bagagem começou deles”. Reis (1984) define família como o *locus* da estruturação da vida psíquica. Em sua concepção, trata-se da organização da vida emocional de seus membros, que permite a transmissão da ideologia dominante como visão de mundo em um código de conduta e valores.

Biroli (2014), no entanto, ressalta que apesar das experiências adquiridas por meio das relações familiares serem singulares, íntimas e fundamentais para a percepção da identidade, discussões acerca do âmbito familiar são concernentes à realidade social, institucional e política em sua constituição e ramificação. A participante Laura compartilhou com o grupo que acreditava em ideias cristalizadas por conta do meio em que cresceu e que nunca teve abertura para o diálogo político, sempre carregado de violência e ignorância.

Assim como Débora, primeira do núcleo familiar a ingressar na universidade junto com seus irmãos, Bianca também faz parte da primeira geração a seguir para o ensino superior. Tal condição tem a capacidade de potencializar a ruptura de crenças previamente estabelecidas, transformando a maneira de se compreender o mundo, estruturando novas formas de

identificação e ação socialmente incorporadas (Crepaldi, 2021). Esse processo fica evidente quando o estudante Thiago, a partir da perspectiva do letramento político, diz:

[...] Eu percebi isso quando eu voltei para minha cidade. E eu saí de lá aceitando todo tipo de coisa. A repressão só é aceita porque “você tem que trabalhar em qualquer coisa mesmo”, “só se vira, faz o que você quiser”. Quando eu voltei para lá, eu pensei: “como é que esse povo consegue se conformar tão fácil com tanta coisa que está nítida?”. Está na cara que é para tirar o direito desse povo e ninguém vai fazer nada. E isso ficou muito enraizado. Inclusive é um pouco enraizado em mim porque, como eu falei, comecei a ter um pouco mais de conexão com a política nesse segundo ano com as matérias.

Essa posição de conflito tem o potencial de contribuir para a compreensão do sujeito sobre si próprio aliada com a visão do conjunto sobre e através do indivíduo pois, como argumenta Woodward (2000), as identidades são formadas a partir de uma posição de diferenciação, marcada tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. Luíza acrescentou que vê necessidade de se definir como mulher negra e lésbica, no entanto: “é mais fácil para o outro te definir”.

Assim como a democracia, formada com base na ação coletiva, Butler (2018) argumenta que a identidade não é algo fixo, sendo constantemente reforçada ou desafiada pelas práticas sociais. A autora conclui que a sociedade como um todo não é imutável, sendo um campo de lutas performativas, cujas leis, discursos e práticas moldam a realidade. Ao discutir a necessidade de alguém se definir, Gabriela discorre que:

É importante você se reconhecer, entender suas características, exercitar isso igual a gente fez agora. Mas o que a gente estava discutindo é que você precisa performar aquilo que te define, e se sua performance não é socialmente aceita, você sofre coerção. Então, se você performa feminilidade de uma forma que não é esperada, você vai sofrer coerção. Você é atravessado pelas normas que são impostas.

Para o participante Davi, aquilo que atravessa o sujeito também contribui para a constituição da identidade. E, por serem construídas dentro e não fora dos discursos, as identidades devem ser compreendidas como frutos de locais históricos e institucionais, formações e práticas discursivas, estratégias e iniciativas específicas (Hall, 2000). Na visão de Thiago: “A produção artística que você faz traz muito da sua identidade. A forma como você se expressa. [...] Você se identifica a partir do que vive e do que sente”.

Ademais, a identidade surge no interior de um jogo de poder próprio do contexto, sendo marcações da diferença e da exclusão em vez de uma unidade idêntica, sem qualquer diferenciação interna (Hall, 2000). A estudante Bianca entende que para conseguir viver uma vida sem coerção, na qual o indivíduo sempre estaria sujeito a ser questionado, a sociedade

exige que ele se identifique. Ela não concorda com esse modelo, mas argumenta que se alguém tentar romper com essa estrutura, enfrentará consequências. Paralelamente, Melissa afirma que o importante é viver de uma maneira na qual se sinta confortável, sem a necessidade de se definir para o outro.

A relação dos sujeitos da pesquisa com os moldes políticos tradicionais também se apresenta como Gabriela descreve: “Para que sua voz seja ouvida, você não precisa acessar diretamente um cargo público”. Gohn (2018) conclui que a adesão de jovens aos movimentos sociais clássicos, como partidos e sindicatos, está cada vez menor se comparada aos coletivos, cujas estruturas mais fluídas permitem maior autonomia e diálogo. Bianca relatou que sua família sempre foi muito engajada politicamente, principalmente seu avô. Porém, disse que sempre foi de uma forma muito “polarizada”, citando a filiação dele ao Partido dos Trabalhadores (PT), e que se fosse considerar algum meio para agir politicamente, não seria se filiando a um partido.

Seguindo a tendência de maior individualização na sociedade contemporânea, o protagonismo dos indivíduos no ativismo contemporâneo toma forma, que sentem cada vez mais uma necessidade de estarem envolvidos em lutas coletivas, porém provavelmente sem a predisposição ou tempo para se organizar em um movimento ou coletivo com permanência duradoura (Bringel, 2018).

Antes mesmo de entrar na universidade, Davi afirma que já tinha o interesse de participar de algum movimento, fosse ele estudantil ou não. A estudante Melissa disse que acompanha a organização Greenpeace e os abaixo-assinados propostos, contando que acha interessante que após a assinatura de qualquer um deles, em alguns dias, a pessoa recebe uma ligação de agradecimento: “Dá uma sensação de participação, sabe?”. Já Thiago narrou que têm considerado participar de algum movimento, contribuir com algo:

Mas é, fico pensando, tipo: “como eu organizo meu tempo?”; “O que eu faço?”; “O que que eu não faço?”; “O que escolher?”. Então, assim, na prática, não tenho feito nada não, mas é uma coisa que eu tenho começado a pensar: “Será que tem como ajudar?”

Além disso, o próprio ambiente universitário retorna como um centro de oportunidades para o exercício político quando Laura considera o próprio ato de ter entrado na faculdade como uma atitude política sua, pois de acordo com ela, a escolha pela faculdade na área da saúde se deu devido a seu desejo de auxiliar as populações ribeirinhas. Simultaneamente, Melissa relatou os eventos do Restaurante Universitário e as mobilizações que têm sido feitas: “A gente tem

que lutar pra ter RU. [...] Vi relatos de 111 pessoas que não tinham dinheiro e comeram bolacha a semana inteira. [...] É revoltante. [...] A gente vai continuar brigando”.

5. CONCLUSÃO

A política constitui a forma como os indivíduos veem o mundo, se relacionam e estão presentes no espaço público, funcionando como um instrumento de transformação social e intervindo na realidade marcada pelas desigualdades estruturadas. A política também se caracteriza como um elemento transformador dos próprios jovens, atravessados por experiências de participação, lutas, embates, críticas, formas de solidariedade e cidadania (Mesquita, 2016).

Por meio da interação dos participantes, foi possível observar a construção de sentido que os jovens atribuem à política em suas vidas individuais, sendo também desenvolvido o diálogo a partir de diferentes posições sociais. A dialética entre esses dois campos se provou a maior contribuição do uso de grupos focais para compreender a participação política que, apesar de ter sua importância reconhecida pelos estudantes para a manutenção da democracia, segue sendo predominantemente individualizada.

Configura-se, então, uma mobilização fragmentada, desarticulada e temporária, ao mesmo tempo que se busca uma relação horizontal e reconhecimento individual, distante das propostas de participação tradicionais, fagocitadas pelo processo de radicalização do cenário não só brasileiro, como mundial. No entanto, apesar da percepção negativa e pessimista da maioria dos estudantes sobre o cenário político atual e futuro, tanto a educação quanto o próprio ambiente universitário apareceram como janelas para novas perspectivas e formas de exercer a cidadania, por vezes rompendo com ideias advindas do ambiente familiar e possibilitando que os jovens passem a atuar como agentes de transformação em diversas esferas, além da acadêmica.

O presente estudo também contou com limitações que não podem ser ignoradas. A pesquisa abordou somente estudantes universitários do Estado de São Paulo, não representando o cenário nacional brasileiro. Apesar da grande diversidade de contextos individuais dentro dos grupos, é importante notar que 9 dos 15 participantes são estudantes de psicologia.

No grupo de estudantes de universidade privada, todos são alunos da mesma universidade, e antes das últimas perguntas serem concluídas, dois participantes tiveram que se retirar da conversa por conta de seus estágios. Já no grupo de universidade pública, 7 dos 8

participantes estavam presentes e a impossibilidade de realizar o encontro presencialmente gerou dificuldades no andamento do grupo, como problemas com o áudio e com a conexão de internet, dificultando a compreensão e a comunicação entre os estudantes.

Bringel (2018) entende que o cenário atual é composto por coexistências complexas do “velho” e do “novo”, alternando entre si por protagonismo. A ruptura das identidades “tradicionais” reflete a fragmentação da democracia, pois as identidades são moldadas a partir do contexto histórico e cultural. Esse conflito, apesar de transformar a participação política, gera novas identidades a partir de relações de poder, criando sentimento de pertencimento e mobilização coletiva. Ou seja, a identidade individual se apresenta como central para a formação de movimentos civis em um cenário de constantes mudanças.

6. REFERÊNCIAS

ASSIS, M. de F. P. de. Figurações da adolescência e juventude na atualidade: metáforas da cultura. *Cad. psicanál.*, v. 40, n. 38, p. 183-206, jun. 2018. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext & pid=S1413-62952018000100011 & lng =pt\ nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952018000100011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 jun. 2023.

BACKES, D. S.; COLOMÉ, J. S.; ERDMANN, R. H.; LUNARDI, V. L. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. *O Mundo da Saúde*, v. 35, n. 4, p. 438-442, 2011. Disponível em:

<https://bvs.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_dados_pesquisa_qualitativa.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

BECKER, Paula; RAVELOSON, Jean-Aimé A. *O que é democracia?*. São Paulo: Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung, 2011.

BENEVIDES, M. V. DE M. *Cidadania e democracia*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 33, p. 5–16, ago. 1994.

BIROLI, Flávia. *Família: novos conceitos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BRINGEL, Breno. Brasil en su laberinto: crisis política, polarización y cambio de era. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (Org.). *Brasil: cambio de era. Crisis, protestas y ciclos políticos*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 23-45. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180925022222/Brasil_cambio_de_era.pdf. Acesso em: 9 ago. 2025.

CANEVACCI, M. Culturas extremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

CANAVILHAS, João. A comunicação política na era da internet. In: VIII Congresso Luso.com. Labcom, 2009.

CASTELLS, M. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CREPALDI, Helton da Silva et al. “O primeiro da família”: Os percursos e percepções dos estudantes do CEJA sobre o ingresso no Ensino Superior. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Ciências Sociais, 112 f., nov. 2021.

DAGNINO, Evelina. Meanings of citizenship in Latin America. Institute of Development Studies, University of Sussex, nov. 2005.

DIAS, C. A. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. Informação & Sociedade, v. 10, n. 2, jan. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/330/252>>. Acesso em: 25 fev. 2024.

DEMO, P. Avaliação qualitativa: um ensaio introdutório. Educação e Seleção, n. 14, p. 5-16, 2013. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/edusel/article/view/2606/2560>>. Acesso em: 25 fev. 2024.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade civil e democracia: um debate necessário. Libertas, v. 8, n. 2, 2008.

FUKS, M.; MARQUES, P. H.. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. Opinião Pública, v. 28, n. 3, p. 560–593, set. 2022

GLORIA FILHO, Mario da Cruz; MODESTO, João Gabriel Nunes. Polarização política afetiva e bem-estar subjetivo no contexto político brasileiro. Psico, Porto Alegre, v. 54, n. 1, p. 1-10, 2023. DOI: 10.15448/1980-8623.2023.1.39825. Disponível em: <https://pucrs.emnuvens.com.br/revistapsico/article/view/39825>. Acesso em: 10 ago. 2025

GOHN, M. da G. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. Caderno CRH, vol. 31, n. 82, p. 117-133, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/jBGbrMwxkJBxvytwVnz9Wcp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

GOHN, M. da G. Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. São Paulo: Vozes, 2019. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: Silva, T. T. da (org.). Hall, S.; Woodward, K. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 103-133, 2000.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Divulgação científica: missão inadiável da universidade. Logos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 46–47, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/13176>. Acesso em: 3 ago. 2025.

IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 35, n. 2, p. 115-121, jun. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/kFzCC9Dfbfv7WzPNQbJZVmF/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 25 fev. 2024.

MAYORGA, C.. Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. Estudos de Psicologia (Natal), v. 18, n. 2, p. 343–350, abr. 2013.

MESQUITA, M. R. et al. Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. Psicologia & Sociedade, v. 28, n. 2, p. 288–297, maio 2016.

MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/>>. Acesso em: 25 fev. 2024.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. Psicologia em revista, v. 8, n. 11, p. 59-71, 2002.

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. Psicologia social: o homem em movimento, v. 8, p. 99-124, 1984.

ROSE, N. Como se deve fazer a história do Eu? Educação & Realidade, v. 26, n. 1, p. 33-58, jan./jul. 2001. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/41313/26145>>. Acesso em: 15 de set. 2023.

ROSE, N. Inventando nossos eus. In: Silva, Tomaz Tadeu da. Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito. São Paulo: Autêntica, 2013, p. 137-204. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br>>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SANTOS, B. V. dos. Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo. Pesquisadora. psicossociais, v. 15, n. 2, p. 1-14, abril-jun. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jun. 2023.

SCHWARTZMAN, Simon. Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: Silva, T. T. da (org.). Hall, S.; Woodward, K. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 73-102, 2000

SILVA, J. A. da. A democracia em rede: um estudo das manifestações recentes e o uso das redes sociais on-line. 2014. 90f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19700>>. Acesso em: 3 jun. 2023.

SINGER, A. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T. T. da (org.). Hall, S.; Woodward, K. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 7-72, 2000.